

O MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO NA PESQUISA SOBRE A GESTÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Daniela de Sousa Fernandes

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Leila Pio Mororó

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Resumo:

A partir de uma concepção materialista, da historicidade dos fenômenos, do movimento da dialética e dos princípios do marxismo, tem-se o materialismo histórico-dialético. Devido à complexidade e profundidade desse método investigativo da realidade, este artigo buscou elucidar o uso do materialismo histórico-dialético enquanto enfoque metodológico nas pesquisas sobre a gestão das políticas educacionais. Assim, esse artigo abordará o marxismo e a sua relação com o materialismo histórico-dialético, o caminho do abstrato ao concreto, as categorias de análise, a relação singular-particular-universal e, por fim, haverá uma aproximação do uso do método na pesquisa da gestão das políticas educacionais.

Palavras chave: Gestão da Política Educacional; Materialismo Histórico Dialético; Pesquisa em Educação.

Introdução

Para toda pesquisa científica é necessária uma fundamentação epistemológica com uma clara exposição do posicionamento teórico do pesquisador. Vinda do grego, a palavra epistemologia é composta por outras duas: *episteme* significa ciência e *logia*, estudo. Assim, a epistemologia é considerada como sinônimo de teoria do conhecimento. Saviani (2017, p.2) ressalta que a *episteme* alude ao “conhecimento metódico, sistemático, controlado, ou seja, o científico”. Nesse sentido, a epistemologia não trata de qualquer tipo de conhecimento, mas evoca especificamente “a teoria do conhecimento científico ou teoria das ciências”.

Tratando-se da epistemologia das políticas educacionais, Saviani (2017, p. 2) define como “o estudo das condições que tornaram possível o conhecimento que se atingiu sobre as políticas educacionais”. Portanto, em qualquer pesquisa científica na área das políticas educacionais, como em qualquer outra área, será necessário que o pesquisador deixe explícito qual é sua fundamentação epistemológica, o seu posicionamento teórico e qual percurso metodológico utilizou na sua pesquisa.

Além disso, de acordo com Gomide e Jacomeli (2016), para se estudar a gestão das políticas públicas educacionais, há, basicamente, dois caminhos que são opostos um ao outro.

Duas concepções epistemológicas sobre o mundo e a realidade: a concepção metafísica e a concepção materialista.

A concepção metafísica entende que, para o direcionamento da pesquisa, os métodos de investigação devem ser lineares, lógicos, harmoniosos e a-históricos, guiados pela observação neutra e objetiva dos fenômenos, isentando de realizar uma apreensão da organização, desenvolvimento e transformação desses fenômenos no contexto social. Por concentrar-se apenas na observação do fenômeno, limita-se na aparência exterior e nos movimentos observáveis da sua representação, fazendo da pesquisa um processo técnico de descrição e explicação dos fenômenos, pautado na imparcialidade do pesquisador (GOMIDE; JACOMELI, 2016, p. 65).

A concepção materialista, por outro lado, se fundamenta na dialética da realidade, ou seja, no pressuposto de que o mundo não deve ser considerado “um complexo de coisas acabadas, mas sim um processo de complexos” (GOMIDE; JACOMELI, 2016, p. 65). As representações dos objetos e fenômenos são reflexos dos conceitos da mente, que por sua vez estão em constante mudança. Nesse sentido, “a dialética fundamenta-se no movimento, tanto do mundo exterior como do pensamento humano. Portanto, só existe dialética se houver movimento (SANFELICE, 2008 *apud* GOMIDE; JACOMELI, 2016, p. 65).

Não existe uma concepção certa ou errada para se estudar a gestão das políticas educacionais. Ambas (metafísica e materialista) são óticas e caminhos diferentes para se pesquisar e conhecer a realidade. Aqui, porém, será abordada a concepção materialista, visto que o objetivo desse estudo é elucidar o uso do materialismo histórico-dialético enquanto enfoque metodológico nas pesquisas sobre a gestão das políticas educacionais, tornando-o mais claro para os estudantes de graduação e pós-graduação que queiram utilizar esse método.

Assim, nesse artigo serão abordados o marxismo e a sua relação com o materialismo histórico-dialético (MHD), o caminho do abstrato ao concreto, as categorias de análise, a relação singular-particular-universal e, por fim, houve uma aproximação do uso do MHD na pesquisa da gestão das políticas educacionais.

O marxismo e o materialismo histórico-dialético

O materialismo histórico-dialético (MHD) foi desenvolvido por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). Devido ao protagonismo de Marx na construção desse método, é válido explicar um pouco do marxismo antes de adentrar-se no MHD propriamente dito.

As obras de Marx são grandes diálogos dotados de enfrentamentos críticos. Por isso, o marxismo “se opõe à vulgarização, à codificação estreita, ao esquematismo” (PAULA, 1992,

p. 20). Além disso, o marxismo não pode ser compreendido fora do seu momento. Ele é um pensamento histórico e não tem a pretensão de se impor como verdade absoluta para todas as realidades e períodos de tempo.

Contudo, o objeto do marxismo é a análise da realidade capitalista, portanto, enquanto existir a realidade capitalista em suas formas e consequências, o instrumento mais importante de análise e intervenção continuará sendo o marxismo. E além da realidade capitalista em si, o marxismo também desempenha o papel de instrumento analítico das sociedades divididas em classes que tenham um Estado, a exploração do trabalho e a divisão do trabalho.

Segundo Lenin (1913), as três principais fontes do marxismo são a dialética, a economia política clássica e o pensamento político. Para Marx, além de um método e uma forma de conhecer, a dialética é também um conteúdo do ser. Isto é, o ser é dialético, a realidade é dialética. Assim, para captar esse ser dialético, é necessário assumir a dialética e suas determinações que são baseadas na ideia do movimento.

A segunda fonte, a economia política clássica, é para Marx uma corrente do pensamento com autores que partilhavam uma determinada visão da realidade econômica. Essa visão era baseada no princípio do valor-trabalho.

A terceira fonte do marxismo é o pensamento político, que, por sua vez, trouxe três ideias consigo. A primeira é a do socialismo, a segunda é que o “processo de construção da sociedade passa pela organização de um partido. É preciso construir partidos. A organização política dos trabalhadores não pode se limitar aos sindicatos, é preciso construir estruturas políticas partidárias” (PAULA, 1992, p. 24). E a terceira ideia é de que a única forma de conquistar essa realidade social é por meio de uma revolução.

Assim, o pensamento marxista se espalha e combina essas três dimensões da realidade: a filosófica, a material e a política. Paula (1992) complementa dizendo que o pensamento marxista se caracteriza por duas concepções, a materialista e a dialética.

O materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade. O materialismo histórico significou uma mudança fundamental na interpretação dos fenômenos sociais que, até o nascimento do marxismo, se apoiava em concepções idealistas da sociedade humana (TIVIÑOS, 1987, p. 51).

Assim, o materialismo histórico-dialético “é um enfoque teórico, metodológico e analítico para compreender a dinâmica e as grandes transformações da história e das sociedades humanas” (GOMIDE; JACOMELI, 2016, p. 67).

Do abstrato ao concreto e do concreto ao abstrato

As pesquisas científicas que adotam o materialismo histórico-dialético como método de análise têm como primórdio a compreensão e explicação dos objetos e fenômenos investigados como eles realmente são na prática. Ou seja, esse percurso metodológico, devida a sua dimensão ontológica, busca conhecer a realidade natural e social, constituindo-a histórica e socialmente por meio da atividade prática realizada pelos homens (MARTINS; LAVOURA, 2018; NETTO, 2011).

Para Marx e Engels (2007), a atividade científica é, essencialmente, uma atividade teórica. Além disso, também é uma reprodução no plano do pensamento, dos objetos e fenômenos da realidade em seu movimento real. “O conhecimento teórico é o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva” (NETTO, 2011, p. 21). Por meio da investigação científica subsidiada pelo método, o pesquisador reproduz a essência do objeto e o movimento do real do objeto no plano ideal (do seu pensamento).

Os objetos e fenômenos, assim como os elementos que constituem a prática social, são reais e existem independente da consciência humana sobre eles. A sua estrutura e dinâmica interna de funcionamento podem se tornar conhecidas pelo homem, principalmente, por meio da investigação científica. A dimensão ontológica permite ao homem apreender os objetos e fenômenos da realidade concreta. Portanto, “é possível compreender e explicar o que as coisas verdadeiramente são em sua existência efetiva” (MARTINS; LAVOURA, 2018, p. 225).

Nessa ótica, o conhecimento é fruto da decodificação abstrata sobre a realidade concreta. Munhoz (2006) elucida esse caminho do abstrato ao concreto. A princípio, o fenômeno, ao qual o investigador deseja conhecer (nesse caso algum aspecto relacionado a gestão das políticas educacionais) é uma representação do real ou uma aparência com visão caótica. Embora o fenômeno seja concreto em algum nível (devido a possibilidade de captação dos sentidos mais imediatos), ele também é abstrato, por que num primeiro contato, pouco se sabe dele.

Assim, é preciso analisar os elementos que compõem o fenômeno, de modo a obter, inicialmente, os conceitos mais amplos a seu respeito. Esses elementos que constituem o fenômeno ficarão mais e melhor delimitados conforme a pesquisa avança e, aos poucos, levarão a “abstrações cada vez mais delicadas” (MARX, 1989, p.228). Conforme o estudioso se debruça sobre a sua investigação, a sua visão vai se tornando mais clara e a sua percepção mais aguçada sobre os elementos que constituem o fenômeno. Ao mesmo tempo, os conceitos

vão deixando de ser amplos e vagos e vão se tornando mais precisos. Nesse percurso do abstrato ao concreto, chega-se a “determinações mais simples” (MARX, 1989, p.228), resultando numa maior aproximação dos elementos que realmente constituem o fenômeno.

Então, aquela representação da realidade, inicialmente abstrata, porque não tinha a sua essência manifesta, vai se tornando cada vez mais conhecida pelo pesquisador. Ela vai deixando de ser abstrata, para formar a apreensão de sua essência, já que no processo de análise do objeto ou fenômeno, o investigador foi conhecendo as suas determinações constituintes. Para Munhoz, esse processo de análise em direção à essência do fenômeno consiste:

- a) na compreensão interna do fenômeno quando se procura entender os elementos que o constituem internamente;
- b) na identificação das dimensões maiores em que aquele fenômeno se insere e na compreensão interna de cada uma dessas dimensões maiores, das diferentes totalidades relativas em que o fenômeno está compreendido;
- c) na explicação do fenômeno em função dos determinantes externos a ele e que influem na sua existência, identificados quando da análise das referidas totalidades relativas em que se encontra inserido (letra b) (MUNHOZ, 2006, p. 27).

Após esse processo, o objeto ou fenômeno não seria mais um concreto figurado e abstrato, mas, sim, um concreto pensado, com uma acentuada aproximação da essência do fenômeno, do que ele realmente é e não do que ele só aparentava ser. Um concreto pensado que é uma “unidade da diversidade”, “síntese de múltiplas determinações” (MARX, 1989, p.229); determinações que o sujeito identificou por meio das várias perguntas que fez à realidade, buscando ir além da compreensão interna da realidade e procurando entender em quais dimensões maiores está inserida.

Segundo Munhoz (2006), nesse ponto, o pesquisador precisa fazer o caminho inverso e retornar ao fenômeno (como existencialmente e positivamente se apresenta), que, agora, será visto como “uma rica totalidade de determinações e relações” diversas. (MARX, 1989, p.229).

Contudo, vale dizer que todo esse percurso analítico de desvelamento da realidade não autoriza o pesquisador a transformar suas descobertas “numa representação abstrata, num conceito fixo, a partir do que poderia pretender deduzir a essência de outras realidades particulares/singulares semelhantes, do mesmo gênero” (MUNHOZ, 2006, p. 29), porque, nas palavras do próprio Marx (1989, p.229), “o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é para o pensamento precisamente a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir como concreto espiritual”, como concreto pensado. E Marx complementa

observando que este “não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto”. Portanto, para cada novo objeto ou fenômeno a se conhecer, é necessária uma nova investigação partindo da aparência e do abstrato rumo à essência e ao concreto pensado.

Segundo Gomide e Jacomeli (2016, p. 69), o materialismo histórico-dialético, enquanto método da pesquisa científica, busca compreender “o modo humano de produção social da existência vinculando-se, portanto, a uma concepção de realidade, de mundo e de vida”. E parte do princípio de que

O universo e tudo o que nele há tem existência material, concreta, e pode ser racionalmente conhecido. E esse conhecimento que é produzido pelo sujeito, reproduz o real em suas múltiplas determinações com o objetivo de superar a aparência imediata das coisas e atingir a sua essência (GOMIDE; JACOMELI, 2016, p. 69).

Assim, ao utilizar da concepção materialista para estudar a realidade de um determinado fenômeno, o pesquisador buscará conhecer também as suas contradições, os seus conflitos e transformações, visto que as ideias (por serem reflexos do mundo exterior e objetivo vivenciado pelos sujeitos) são representações do real. Por conseguinte, “o grande desafio do pensamento é trazer para o plano racional a dialética do real, buscando a essência do fenômeno, aquilo que está por detrás da aparência, ou seja, o caráter conflitivo, dinâmico e histórico da realidade” (FRIGOTTO, 1991 *apud* GOMIDE; JACOMELI, 2016, p. 65-66).

As categorias de análise

Para o materialismo histórico-dialético, ascender do abstrato ao concreto significa “captar o conjunto dos nexos e relações dos diferentes elementos que constituem a totalidade de um objeto ou fenômeno” (MARTINS; LAVOURA, 2018, p. 227). É conhecer e compreender as relações que existem entre as diferentes determinações, sejam elas mais simples ou complexas. As determinações, por sua vez, “são traços pertinentes aos elementos constitutivos da realidade; nas palavras de um analista, para Marx, a determinação é ‘um momento essencial constitutivo do objeto’” (DUSSEL, 1985, p. 32 *apud* NETTO, 2011, p. 45).

Portanto, para atingir o conhecimento concreto do objeto é necessário apreender essas unidades mínimas de análise, as suas determinações, pois é por meio delas que se torna possível explicar o objeto ou fenômeno investigado na sua totalidade, num movimento dialético que parte do todo para as partes e das partes para o todo constantemente. Martins e Lavoura sintetizam o método do materialismo histórico-dialético da seguinte forma:

Aprender as relações dinâmicas e processuais do conjunto das determinações de um objeto ou fenômeno e sintetizá-las teoricamente é o significado do conhecimento científico para o método de conhecimento da realidade. Tal como afirmou Marx (2011), o verdadeiro conhecimento é a síntese de múltiplas determinações e relações numerosas, ou seja, uma rica totalidade de determinações em suas relações constitutivas, de modo que se considera como importantes tarefas das ciências estudar e explicar de um modo historicamente concreto um objeto ou fenômeno singular, analisado em suas condições estruturais mais gerais e universais e as suas transformações históricas particulares, desde sua gênese até seu desenvolvimento efetivo (LAVOURA, 2018, p. 227-228).

No entanto, para se conhecer as determinações, é preciso se valer das categorias de análise. As categorias são os instrumentos lógicos de análise que vão possibilitar ao estudioso extrair do objeto as suas determinações, podendo apreendê-las. Segundo Martins e Lavoura (2018, p.228), “as categorias de análise expressam formas de ser do objeto ou fenômeno investigado, sendo, portanto, formas de existência, ontológicas e históricas, do objeto em questão”. Dessarte, as categorias conseguem refletir de forma conceitual as propriedades essenciais dos objetos e fenômenos, além disso, “constituem expressão abstrata das relações sociais que os homens constroem e vivem” (MUNHOZ, 2006, p. 34).

As categorias podem ser de três naturezas. As categorias filosóficas/metodológicas são comuns a todos os objetos, como a totalidade, a contradição, a história, a práxis e outras. As categorias científicas/teóricas são próprias de um determinado ramo da ciência ou teoria social, como por exemplo o trabalho, o salário, a mais valia, o senso comum e etc. E a terceira natureza é a das categorias emergentes ou empíricas, são aquelas que surgem como expressão de formas particulares durante a investigação de determinado fenômeno naquele momento histórico (MUNHOZ, 2006). Independente da natureza da categoria, ela vai auxiliar na passagem do imediato para o mediato e no alcance do concreto pensado. Segundo Cury (1986), há cinco categorias essenciais na concepção dialética: a totalidade, a contradição, a mediação, a reprodução e a hegemonia.

A categoria da totalidade pode ser entendida como um complexo máximo constituído por outros elementos menos complexos e as suas relações entre si. Por meio dela, o pesquisador busca conhecer a relação entre os aspectos particulares e o contexto social mais amplo que produz as contradições.

A contradição é uma categoria fundamental do materialismo dialético porque é “uma interação entre aspectos opostos” (TRIVIÑOS, 1987, p. 54). Segundo Paula (1992), a contradição, a negação e o conflito são uma manifestação da razão e do sentido, que possibilita e dá sentido ao movimento dialético. A contradição possibilita a dinâmica do real,

a sua transformação e o seu aperfeiçoamento. Além disso, “não existe linearidade no caminho do real” (PAULA, 1992, p. 30). Portanto, a categoria de contradição se opõe a concepção de linearidade. Ela parte do pressuposto de que nada existe de forma permanente e, por isso, toda realidade é passível de superação.

A mediação também é uma categoria central no pensamento dialético, pois é por meio dela que se consegue apreender a conexão entre os planos mediato e imediato do conhecimento (MUNHOZ, 2006). E para Gomide e Jacomeli (2016), a mediação parte do entendimento de que o homem media as relações sociais, o que o torna um agente de intervenção no real.

Há ainda a categoria da reprodução. Pela sua ótica, o modo de produção capitalista precisa se reproduzir para subsistir. Na reprodução pode ocorrer algumas pequenas alterações adaptativas ao modo de produção, mas que não chegam a ser estruturais.

Por fim, a categoria da hegemonia “preconiza que a ideologia da classe dominante e sua concepção de sociedade, de valores e de relações sociais são reproduzidas a ponto de que estes ideais de sociedade sejam um consenso entre os cidadãos” (GOMIDE; JACOMELI, 2016, p. 72).

A relação singular-particular-universal

Na ascensão do abstrato ao concreto, há, ainda, a necessidade da mediação entre a universalidade da teoria e a singularidade dos fenômenos em cada realidade específica. Este processo de desvelamento da realidade é dinâmico e expresso no movimento dialético entre singular-particular-universal.

Segundo Lukács (1968, *apud* MARTINS; LAVOURA, 2018), o fenômeno, em sua singularidade, se apresenta de forma imediata na representação da sua realidade. Assim, a expressão singular é o ponto inicial da construção do conhecimento. Já em sua universalidade, o fenômeno revela a sua complexidade, ou seja, quais são as suas conexões internas, a sua estrutura, a sua dinâmica de funcionamento e a sua totalidade histórico-social.

Nenhum fenômeno se expressa apenas de forma singular ou universal. Pelo contrário, eles se identificam e estão sempre em contínua tensão. Essa tensão (singular-universal) se manifesta na particularidade do fenômeno. Em sua expressão particular, “o fenômeno assume as especificidades pelas quais a singularidade se constitui em dada realidade de modo determinado, porém, não completo, não universal” (MARTINS; LAVOURA, 2018, p. 231). Desse modo, a particularidade estabelece a mediação entre o específico (a singularidade) e o

geral (a universalidade), os quais são impossíveis de serem apreendidos isoladamente. É pela análise dialética entre o singular e o universal que se torna possível construir o conhecimento concreto sobre o fenômeno estudado.

As categorias de análise farão parte desse processo de se conhecer a realidade por meio do movimento do singular-particular-universal. Embora elas possam ser definidas *a priori*, o estudioso não deve limitar a sua análise apenas a essas categorias pré-definidas. O estudo é flexível e o próprio movimento do estudo fará com que as categorias sejam reconstruídas ao longo da análise em que algumas poderão ser desprezadas e outras novas poderão surgir e se mostrar apropriadas à investigação.

O MHD na pesquisa da gestão das políticas educacionais

Uma pesquisa materialista histórico-dialética exige do estudioso, que ao longo da investigação e análise, a teoria seja revisitada e reconstruída constantemente. É um movimento dialético de ir e vir, ora debruçando-se sobre as descobertas das determinações da realidade estudada, ora debruçando-se sobre a teoria. A teoria vai sendo reconstruída justamente por causa do caráter histórico do fenômeno. Melhor dizendo, como se trata de um conhecimento histórico, esse também é um conhecimento parcial, relativo e provisório. Por isso há a necessidade da constante revisitação e reconstrução do conhecimento, com uma relação dialética da teoria com a prática.

Ademais, as políticas educacionais estão inseridas em um contexto maior, numa totalidade e numa sociedade, formada pela composição de várias conexões de partes diferentes entre si, como por exemplo a educação, a economia, o trabalho e a política (TONET, 2013). Ou seja, a implementação ou a gestão de uma política pública não se dá de forma isolada, pelo contrário, ela é impactada e influenciada por interesses ideológicos, políticos e econômicos.

Portanto, a gestão das políticas educacionais, assim como qualquer outro objeto de estudo, possui várias relações e determinações que precisam ser conhecidas, pois elas influenciam direta ou indiretamente no fenômeno. Não se pode chegar ao concreto pensado, da gestão de uma política pública educacional, sem conhecer as suas relações, a sua historicidade, o seu movimento e as suas contradições. É o estudo amplo e aprofundado que levará o pesquisador a conhecer as particularidades que permitirão a captação do movimento real do objeto na sua totalidade (GOMIDE; JACOMELI, 2016).

Assim, o MHD proporciona uma articulação entre a singularidade, a particularidade e a universalidade, que aprofunda o estudo e a análise sobre a gestão das políticas públicas educacionais, conduzindo o investigador para mais perto do concreto pensado. Como diz Zanlorenzi (2015, p. 121), “singularidade, no sentido de que a análise de uma política educacional é um recorte da realidade que ganha significado tanto na particularidade do momento histórico em que é concebida como nas determinações universais do capitalismo global”. Toda essa articulação tende a resultar na superação de uma pesquisa, simplesmente, narrativa e descritiva dos fatos.

Tratando-se do método em si, ou seja, dos procedimentos e técnicas a serem aplicados, Marx e Engels não deixaram um texto específico com as orientações e passo-a-passo do MDH. No entanto, a partir da leitura de suas obras, alguns autores conseguiram estabelecer algumas orientações que podem ser realizadas nas pesquisas que adotarem esse método, se o pesquisador entender que elas se apropriam ao seu objeto de estudo.

Triviños (1987), por exemplo, orienta que antes de qualquer coisa, o pesquisador, mesmo sendo da área da educação, entenda os princípios básicos do marxismo. Ele diz que é fundamental que o investigador compreenda a estrutura de formações socioeconômicas, os modos, as forças e as relações de produção, as classes sociais, o que é ideologia, o que é sociedade, dentre outros. A partir desse conhecimento prévio, o autor sugere, então, alguns procedimentos de pesquisa.

A primeira etapa seria “a contemplação viva do fenômeno” (TRIVIÑOS, 1987, p. 73). É a captação da aparência do fenômeno por meio das sensações, das percepções e das representações. Para isso, o pesquisador levanta dados e reúne materiais para uma primeira análise. A partir dessas informações ele busca conhecer a singularidade do fenômeno, distinguindo-o dos outros fenômenos, limitando o seu objeto de estudo. Esse momento seria o ideal para a problematização e construção das hipóteses.

Em seguida viria a “análise do fenômeno, isto é, a penetração na dimensão abstrata do mesmo” (TRIVIÑOS, 1987, p. 74). Nesta etapa, o pesquisador observa os elementos que compõem o objeto. Estabelece as suas relações sócio-históricas. Elabora juízos e raciocínios sobre o fenômeno. Observa a situação desse objeto no tempo e no espaço. Define a amostra que pode representar a realidade estudada. Determina quais tratamentos serão aplicados aos dados. Elabora e aplica diferentes instrumentos de pesquisa, como questionários e/ou entrevistas, observações e etc. A instrumentalização, ou seja, os tipos de estudos e de técnicas aplicados à pesquisa vão depender das características de cada fenômeno abordado.

A terceira etapa seria “a realidade concreta do fenômeno. Isto significa estabelecer os aspectos essenciais do fenômeno, seu fundamento, sua realidade e possibilidades, seu conteúdo e sua forma, o que nele é singular e geral, o necessário e o contingente, etc” (TRIVIÑOS, 1987, p. 74). Para chegar neste ponto de conhecer a realidade concreta do fenômeno, o investigador estuda as informações, as observações, os experimentos, as inferências, também a descrição, a análise, a estatística e etc. Ou seja, é feita a análise com sucessivas aproximações da realidade investigada, dando a possibilidade de, agora, o pesquisador retornar à realidade como um conjunto, mas, desta vez, não mais sincrético e confuso, e sim em formas de sínteses provisórias, conduzindo o pesquisador à realidade concreta do fenômeno, desta vez, porém, um concreto pensado.

Considerações finais

A partir da concepção materialista, da historicidade dos fenômenos, do movimento da dialética e dotado de princípios marxistas, o materialismo histórico-dialético se propõe a percorrer o caminho do abstrato ao concreto. Ou seja, não apenas descrever a aparência, a superficialidade do fenômeno, mas sim conhecer a sua essência, as determinações que o compõe e as suas relações entre si.

As categorias de análise auxiliarão no processo de desvelamento da realidade, permitindo ao estudioso conhecer e apreender melhor as determinações do objeto. As categorias de análise podem de natureza metodológica, científica ou empírica. Existem muitas categorias, mas, em geral, há pelo menos cinco categorias ajudam a construir a análise da gestão das políticas educacionais: a totalidade, a contradição, a mediação, a reprodução e a hegemonia. Vale ressaltar que escolha das categorias *a priori* nem sempre é possível, pois durante o estudo, tanto podem ser desprezadas algumas categorias como podem surgir outras mais apropriadas.

Paralelo ao uso das categorias de análise, deve-se ocorrer o movimento do singular-particular-universal. Sendo a singularidade a representação do fenômeno e, portanto, o ponto de partida da pesquisa. A universalidade é o fenômeno em sua complexidade. E particularidade, é a mediação entre o específico e o geral, entre o singular e o universal.

Assim, numa aproximação do método do MHD e a pesquisa da gestão das políticas educacionais, constatou-se que esse fenômeno não pode ser estudado de forma isolada. É necessário buscar conhecer a ideologia, os interesses econômicos e políticos, a historicidade, os conflitos, as contradições e o movimento que podem compor a totalidade na qual o objeto

está inserido, além de outras determinações que vão variar de acordo com o fenômeno estudado.

Marx e Engels não deixaram uma obra explícita do MHD. No entanto, com a leitura de suas obras, alguns autores conseguiram estabelecer algumas orientações. Dentre eles, Triviños (1987) sugeriu que na área da educação a pesquisa buscasse começar pela contemplação do fenômeno, seguido pela análise, até chegar ao concreto da realidade do fenômeno.

O materialismo histórico-dialético é um método complexo, rico e vasto. Sabe-se que um só artigo jamais conseguiria abranger todas as suas vertentes com a profundidade que o método exige. No entanto, espera-se que este texto tenha tornado o MHD mais claro para os estudantes e pesquisadores da área da gestão das políticas educacionais. Espera-se, ainda, que, em suas pesquisas, não apenas descrevam a aparência dos fenômenos estudados, mas verdadeiramente, desvelem a realidade do fenômeno e ascendam do abstrato para o concreto pensado. Que os resultados de suas pesquisas contribuam para a crítica e transformação da gestão das políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**. São Paulo: Cortez, 1986.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. In: Fazenda, I. (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1991.

GOMIDE, Denise Camargo; JACOMELI, Mara Regina Martins. O método de Marx na pesquisa sobre políticas educacionais. **Revista Políticas Educativas**, Santa Maria, v. 10, n. 1, p. 64-78, 2016.

LENIN, Vladimir. **As três fontes**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

MARTINS, Lígia Márcia; LAVOURA, Tiago Nicola. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 71, p. 223-239, set./out. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602018000500223>. Acesso em: 22 mar. 2021.

MARX, Karl. **Contribuição para a Crítica da Economia Política**. (Trad. Maria Helena Barreiro Alves). São Paulo: Mandacaru, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Burgueses e proletários (Manifesto do Partido Comunista)**. In: FERNANDES, Florestan (Org.). Karl. Marx, Friedrich. Engels: História. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1989 [1848]. p. 365-375.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2020.

MUNHOZ, Divanir Eulália Naréssi. Entre a universalidade da teoria e a singularidade dos fenômenos: enfrentando o desafio de conhecer a realidade. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 25-40, 2006. Disponível em:

<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4022688>>. Acesso em 20 mar. 2021.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAULA, João Antonio de. A produção do conhecimento em Marx. **Cadernos Abess**, Cortez: São Paulo, n.5, p. 17-42, 1992. Disponível em:

<<http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/03-cadernos-abepss-n5-a-producao-do-conhecimento-em-marx-201702011247561642280.pdf>>. Acesso em 14 fev. 2021.

SAVIANI, Dermeval. Epistemologias da política educacional: algumas precisões conceituais. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 2, p. 1-5, 2017.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Social: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

ZANLORENZI, Maria Josélia. Reflexões acerca do materialismo histórico dialético, pesquisa em educação e categorias de análise. **Revista LABOR**. São Paulo, n. 13, v. 1, 2015.

Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6591/4804>>. Acesso em: 09 abr. 2021.

Sobre as autoras:

Daniela de Sousa Fernandes

Pós-graduanda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Membro do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Formação de Professores – NEFOP. E-mail: desousa.dani7@gmail.com

Leila Pio Mororó

Docente Plena da UESB, professora do quadro permanente do PPGED, doutora em Educação e coordenadora do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Formação de Professores – NEFOP. E-mail: lpmororo@yahoo.com.br